



Ofício nº : 248/2020/GCS/MM

Cuiabá-MT, 23 de julho de 2020

A Sua Excelência a Senhora

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal de Nova Brasilândia

Nova Brasilândia - MT

Assunto: Processo n. 87653/2019 – Contas Anuais de Governo Municipal

Senhora Prefeita,

De ordem¹ do Conselheiro Substituto Moises Maciel, Relator das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Poto Esperidião, do exercício de 2019, encaminho link do Relatório Técnico Preliminar, emitido pela Secretaria de Controle Externo de Receita e Governo, deste Tribunal, referente às Contas Anuais de Governo, protocolada sob o nº 87653/2019, e **CITO** Vossa Excelência para que, no prazo de até **15 (quinze) dias**, apresente manifestação acerca das irregularidades apontadas pela Equipe Técnica.

Na ocasião, em razão do exame por este Tribunal das políticas públicas de saúde, solicito dados que representem o quantitativo de:

- a) internações hospitalares geral e especializado;
- b) procedimentos: exames laboratoriais, clínicos ambulatoriais;
- c) diárias em UTI;
- d) valores destinados a prestação de saúde decorrente de cumprimento de decisão judicial.

Solicito ainda, informações e cópia de processos administrativos inerentes às despesas realizadas com prestadores de serviços de saúde, tal como o vínculo jurídico com o ente federado, o seu objeto, a descrição da contratada, do

¹ Conforme Portaria 093/2019, Resolução 38/2012 e Portaria nº 107/2013.





instrumento contratual, o valor e o período.

Os documentos de manifestação deverão ser encaminhados à Gerência de Protocolo, conforme Resolução Normativa nº 003/2015 do Manual de Orientação – 5ª Versão, que regulamenta o envio de documentos a este Tribunal de Contas, disponível no endereço eletrônico: <http://www.tce.mt.gov.br/legislacao?categoria=12>.

Atenciosamente,

(assinatura digital)²

Gustavo Augusto Ferraz Rodrigues
Chefe de Gabinete de Conselheiro

² Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.

